

:: fundo verde-amarelo

Programas com juros subsidiados

A Finep prepara um pacote de novos projetos. Os principais estão relacionados ao financiamento de empresas, que deverão trazer novidades na área de equalização de juros com os recursos do fundo Verde-Amarelo. Em dez dias, a Finep deve anunciar dois programas com encargos financeiros reduzidos, o Pró-Inovação e o Juro Zero, cujos detalhes o presidente da Agência, Sérgio Resende, prefere não antecipar. Ele diz que está sendo conduzido um amplo esforço de reformatação da Finep e um dos objetivos é que os clientes saibam quais são os interlocutores dentro da Agência. Já foram definidos alguns dos nomes que saíram junto com o diretor de Inovação, Antônio Cândido. Marco Augusto Teles, ligado ao PT, foi indicado para a vaga de Renato Dantas, na Superintendência de Serviços Sociais e Infra-Estrutura. Eliane Bahruth, funcionária da Finep, assume a vaga de Lucia Viegas, na Superintendência de Inovação para a Competitividade das Indústrias. Falta definir o sucessor de Cândido, e um nome para a área de Institutos de Pesquisa e Difusão Tecnológica, ocupada antes por Lester Amaral Júnior.

Diretor Editorial: Wilson Moherdau; Diretora de Redação: Lia Ribeiro Dias; Editoras Executivas: Fátima Fonseca e Miriam Aquino (Brasília); Editores: Carmen Lúcia Nery (Rio de Janeiro) e Inaldo Cristoni;
Repórteres: Denise Sammarone e Gilson Euzébio (Brasília); Arte: Denis Torquato;
Diretor de Marketing: Márcio Valente; Diretor de Publicidade: Fábio Sgarbi.
:: TI & Governo é uma publicação semanal da Plano Editorial Ltda.
Av. Paulista, 1.159, 10º andar,
CEP 01311-921, telefone (11) 3178-1000,
Fax (11) 3178-1001 - São Paulo, SP
plano@planoeditorial.com.br
http://www.planoeditorial.com.br
Diretor Responsável: Wilson Moherdau (MT 10.821)

:: tv digital

O governo adia o prazo para a entrega de propostas

O governo decidiu adiar — por mais dez ou 20 dias — o prazo para que as 79 universidades, habilitadas para participar do desenvolvimento do padrão brasileiro de TV digital, formem consórcios e apresentem suas propostas à Finep. A decisão foi tomada ontem, 9, pelo ministro das Comunicações, Eunício Oliveira, depois de ouvir relato do secretário Nacional de Telecomunicações do Ministério, Antônio Mauro Barbosa de Oliveira, sobre o clima de revolta entre os pesquisadores com os editais da Finep. “Eles estavam em pé de guerra”, contou Mauro Barbosa, que conversou com representantes das universidades, na semana passada, em Salvador, durante o Congresso da Sociedade Brasileira de Computação. De acordo com o professor Marcelo Knorich Zuffo, da

Universidade de São Paulo (USP), a comunidade científica temia não conseguir elaborar os projetos até o dia 18, como estabelecido pela Finep, e considerava o prazo de dez meses para a conclusão dos trabalhos muito curto. Em caso de fracasso, diz ele, a culpa seria das universidades. Mauro Barbosa explicou que o prazo de dez meses é para elaboração do modelo de referência para o desenvolvimento da tecnologia, o que torna mais fácil a tarefa. Além disso, Eunício Oliveira concorda em prorrogar o prazo, se houver necessidade. O anúncio oficial sobre o adiamento do prazo para a contratação de projetos, no valor de R\$ 45 milhões, será feito pelo ministro, numa reunião com todas as 79 instituições credenciadas, que está sendo convocada para os dias 17 e 18.

:: informatização

O Judiciário encaminha projeto de modernização a Lula

Refeitas as contas, os tribunais superiores chegaram à conclusão de que a modernização da estrutura do Poder Judiciário em todo o País, incluindo as justiças estaduais, vai custar US\$ 720 milhões. O projeto, acompanhado de exposição de motivos assinada pelos presidentes dos tribunais superiores e pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, foi encaminhado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que pediu análise do Ministério do Planejamento. No documento, o

Judiciário pede a liberação, ainda este ano, de US\$ 40 milhões para a elaboração dos projetos e contratação de consultorias. Os ministros dos tribunais têm argumentos fortes para convencer o governo a liberar o dinheiro: há hoje em torno de R\$ 20 bilhões — dinheiro público — em depósitos judiciais nos bancos, e a morosidade da Justiça é um dos fatores de aumento do risco Brasil, dos juros altos e do custo de produção.

:: integração de cadastros

O governo prepara a estrutura jurídica

O governo está preparando um arcabouço jurídico para sustentar a integração dos seus cadastros sociais: a legislação em estudo vai definir a responsabilidade de cada órgão na alimentação do banco de dados, explica Nazaré Bretas, diretora interina da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento. Atualmente, existem dez diferentes cadastros sociais do governo, alimentados pelos mais diversos órgãos e cada um deles com uma legislação específica. O trabalho, segundo ela, é compatibilizar todos os dispositivos legais existentes. Dataprev, Banco do Brasil, Caixa e Datasus, por exemplo, recebem e processam dados fornecidos por terceiros. A integração vai exigir a padronização da legislação e a higienização dos bancos de dados, ou seja, a checagem das informações constantes nos diversos órgãos. O plano prevê que cada órgão faça esse ajuste das informações. Se não for possível, o governo vai ao mercado contratar empresas para fazer o serviço. O desenvolvimento das soluções tecnológicas será o passo seguinte.

:: política industrial

O Banco do Brasil finaliza projetos

O Banco do Brasil está concluindo o seu programa de apoio à política industrial e tecnológica do governo, no qual vai investir R\$ 5 bilhões. "Vamos trabalhar em várias frentes", explica o gerente executivo Gustavo Henrique Sousa. A expectativa é ter o programa totalmente estruturado dentro de algumas semanas. "Estamos conversando com as empresas para ter produtos para a área de tecnologia", informou. Será criado, por exemplo, um site voltado para o setor de

informática. O volume de dinheiro, anunciado pelo governo no dia 31 de março, não é totalmente para produtos novos: muitos projetos já existentes serão aperfeiçoados para ganhar mais eficácia. As fontes para empréstimos de longo prazo serão o BNDES e os fundos constitucionais, como o Fundo para o Desenvolvimento do Centro-Oeste e o Fundo para o Desenvolvimento da Região Norte.

:: incentivos

O governo reavalia os investimentos em C&T

A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda está concluindo um levantamento dos incentivos fiscais concedidos pelo governo para o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas. A idéia é avaliar o resultado desses investimentos, identificar eventuais desvios e aperfeiçoar os mecanismos para que o dinheiro público aplicado resulte efetivamente em avanços para o País. Embora reconheça que o Brasil precisa investir mais em C&T, o governo sabe que gasta mal. No caso da informática, por exemplo, foi feito, no ano passado, pela primeira vez na história, um grande seminário de avaliação de resultados. Mesmo assim, sob o ponto de vista das empresas, que apresentaram publicamente os seus números sem que houvesse alguém para conferi-los. A intenção agora é promover um debate dentro do governo para criar um sistema permanente de monitoramento. A primeira parte do levantamento, relativa a 2001, já está

pronta. Agora, os técnicos estão fechando os números de 2002.

:: política - I

O Brasil leva software livre para a África ...

Depois de instalar telecentros de inclusão digital em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, o governo brasileiro se prepara para promover uma semana de capacitação em *software* livre, em novembro, em Cabo Verde. O projeto é do Ministério das Relações Exteriores, mas a execução ficará a cargo do Serpro e do ITI (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação), e tem como alvo os países de língua portuguesa. "O Brasil tem uma política externa de valorização da relação com os países africanos, não pensando só em negócios, mas no resgate da dívida social que temos com a população negra, como já disse o presidente Lula", comenta Sérgio Rosa, diretor do Serpro. Ele admite, entretanto, que, futuramente, essa relação gerará oportunidades de negócios para as empresas brasileiras.

:: política - II

... e incentiva o ensino a distância.

Na África, segundo Rosa, os técnicos brasileiros mostraram que computadores velhos, que eram jogados no lixo, podem ser aproveitados em programas de inclusão digital: depois de reciclados, eles são ligados a um servidor e funcionam, rodando em *software* livre. Em São Tomé foi criado um curso para o ensino de *software* livre a distância. "Vamos fazer um projeto de cooperação em *software* livre para gestão governamental", conta o diretor do Serpro. O Brasil deve ceder aos países africanos também conteúdos desenvolvidos para os quilombos brasileiros. No projeto de cooperação, o Serpro entra com a tecnologia e o Ministério da Educação com o conteúdo do ensino a distância. A viagem presidencial à África teve resultados também para a Embaixada do Brasil em São Tomé, que ganhou linha dedicada para conexão à Internet, provida pelo Serpro.

: : pernambuco

A rede MultiDigital entra em consulta pública

O governo de Pernambuco coloca hoje, 10, em consulta pública o projeto da rede MultiDigital – de comunicação de voz, dados e imagem – para lançar, dia 25, o edital de concorrência. O projeto estará disponível para consulta no endereço www.sare.pe.gov.br e as sugestões, técnicas ou jurídicas, poderão ser enviadas nos próximos dez dias. Segundo Joaquim Castro, do Governo Digital de Pernambuco, a contratação deve ser feita até o final do ano, quando vence o contrato de comunicação de dados com o consórcio Telemar/Unisys e o contrato de voz com a Telemar. Castro espera obter uma economia de 20% a 30% no próximo contrato, que terá duração de cinco anos. Quem vencer a licitação assinará um contrato de R\$ 126,5 milhões, a vigorar a partir de janeiro de 2005.

: : serviços

Os birôs estaduais querem disputar o SCD

A licitação do SCD (Serviço de Comunicações Digitais), que vai utilizar os recursos do Fust (Fundo de Universalização das Telecomunicações), está despertando o interesse das empresas estaduais de processamento de dados. Em reunião da Abep, na semana passada, o projeto foi apresentado por técnicos da Anatel e a Procergs, do RS, já decidiu que vai disputar uma licença de SCD. Outro interesse da empresa é obter uma licença para atuar como Autoridade Certificadora, emitindo certificados de assinatura digital — outro tema discutido na reunião. “Algumas podem se tornar autoridade de registro, distribuindo certificados de alguma AC, como o Serpro, caso o governo decida massificar a assinatura digital e reduzir os preços dos certificados”, diz Antônio Muniz de Carvalho, presidente da Abep.

Na reunião ficou decidido também que as empresas atuarão, cada vez mais, em desenvolvimento cooperado, a exemplo do que já ocorre com o sistema de RH, que vem sendo desenvolvido em conjunto pelas empresas da Bahia e de Goiás, e com as soluções na área de Detran, em desenvolvimento pelos birôs do Paraná e Espírito Santo e Santa Catarina e Rio Grande do Norte.

: : são paulo

A Educação ganha mais dois módulos

A Secretaria de Educação de São Paulo está ampliando o sistema de gestão escolar (GDAE), que terá, a partir de outubro, em caráter de projeto-piloto, a implementação de dois novos módulos: o financeiro e o de cadastro escolar. Ambos estão em fase de finalização e certificação e visam melhorar a administração e a integração das informações entre a Secretaria, a Fundação para o Desenvolvimento da Educação, as 89 coordenadorias regionais e as escolas. O módulo financeiro vai agilizar e organizar o cadastro escolar vai descentralizar a comunicação das unidades escolares com as coordenadorias. Segundo Roberto Shinikawa, gerente do GDAE, a expectativa é iniciar a operação dos dois sistemas, em toda a rede de ensino, a partir de 2005. Os módulos foram desenvolvidos pela Prodesp, onde está hospedado todo o sistema, com ferramentas da Borland, em linguagem J2EE. A Prodesp também está trabalhando na elaboração de um terceiro módulo, o acadêmico, para a automação dos históricos escolares dos alunos da rede pública. A Secretaria deve investir no GDAE, este ano, R\$ 2,5 milhões, entre operação, manutenção e desenvolvimento. Os módulos que já estão em produção são: pessoal, patrimônio, materiais, merenda e biblioteca.

: : justiça eletrônica

O RS adota a certificação digital

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª região, do Rio Grande do Sul, implementou um projeto de protocolo eletrônico para que os advogados enviem suas petições sem precisar sair do escritório. A novidade do projeto utiliza certificação digital, o que dispensa o envio dos documentos em cinco dias úteis, como ocorre em outros tribunais que têm serviço semelhante. O tribunal conta com 200 advogados cadastrados que utilizam certificados digitais da ECP-Brasil. Todo o projeto consumiu apenas R\$ 10 mil.

: : consultas online

O HC de Porto Alegre informatiza consultórios

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) está investindo R\$ 500 mil na informatização de seus 144 consultórios. O hospital já contava com prontuário eletrônico, mas as informações prestadas pelo paciente no momento da consulta ainda eram reunidas em papel. O projeto incluiu a compra de micros, impressoras, dois novos servidores e uma Storage Area Network para suportar o aumento da demanda por processamento. Segundo Sérgio Felipe Zirbes, coordenador do grupo de sistemas do HCPA, o hospital realiza 2 mil consultas diárias e a automação vai exigir uma mudança cultural dos médicos. Cerca de 30% dos consultórios já foram informatizados e todo o projeto deverá ser concluído em outubro. O hospital está trabalhando também com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em um projeto de imagem para a emissão de laudos de exames de tomografia diretamente nos computadores eliminando a necessidade de se produzirem os filmes.

: : renegociação

As empresas estaduais pressionam a IBM

Nove empresas estaduais de processamento de dados querem renegociar em bloco sua dívida com a IBM. O assunto foi discutido em reunião ordinária realizada pela Apep (Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Processamento de Dados), em Vitória, ES, na semana passada. Segundo Antônio Augusto Muniz de Carvalho, presidente da entidade, a IBM resiste à idéia mas as empresas estão dispostas a insistir na negociação em bloco.

“Reconhecemos a dívida mas queremos pagar de uma forma que não estrangule ninguém”, diz Carvalho. As empresas querem uma equalização dos preços, pois, segundo Carvalho, há muita disparidade. “Queremos saber o custo real do Mips (capacidade de processamento das máquinas) dos *mainframes* e equalizar os preços para que todas tenham condições iguais”, avisa.

: : alinhamento

A Xerox do Brasil promove reestruturação

A necessidade de alinhamento com a corporação levou a Xerox do Brasil a reestruturar as três unidades dos segmentos em que atua no país: gráfico, materiais de escritório e serviços. Até o ano passado, as subsidiárias da Xerox reportavam os seus resultados por região, mas, a partir deste ano, terão que informar a performance isolada de cada unidade de negócios. Isso fez com que as unidades buscassem um foco maior, já que terão que andar pelas próprias pernas, e as ineficiências não serão mais ocultadas nos resultados consolidados. A principal mudança atinge a área de escritório, que está mudando sua estrutura de vendas para um atendimento totalmente oferecido por canais. A força direta de vendas que atendia as grandes corporações

está sendo extinta e em seu lugar haverá apenas a figura de um gerador de demanda, que atuará em parceria com grandes empresas do setor, cujos nomes serão anunciados em breve. A divisão de escritório tentará ter uma atuação maior no mercado de varejo e, para isso, está credenciando revendas para o segmento. O mercado de copiadoras que vem sendo migrado para equipamentos multifuncionais já era atendido por um canal diferenciado, cuja rede foi montada há dois anos com a estrutura de vendas das filiais que foram extintas.

: : licitação

A Dataprev e a Cobra chegam a um acordo

Após dois meses de negociação, a Dataprev e a Cobra fecharam o contrato para a prestação de serviços de computadores de grande porte (*mainframes*) utilizados no processamento dos sistemas que atendem a Previdência Social, nas áreas de arrecadação e cadastro de informações. A Cobra foi a única empresa a apresentar proposta, cujo valor inicial era de R\$ 4,675 milhões, por mês, reduzido agora para R\$ 3,839 milhões. Essa foi a primeira licitação aberta pela Dataprev, em 30 anos de existência, para o parque de computadores de grande porte. Se até amanhã não for apresentado recurso, o contrato será assinado, com validade de 36 meses, no valor total de R\$ 138,2 milhões. Segundo a Dataprev, o contrato tem cláusulas prevendo que esse valor pode ser reduzido, se houver a suspensão de parte dos serviços à medida em que a Dataprev for promovendo a migração tecnológica dos seus sistemas, um processo já iniciado.

: : gestão

Unitech: ISS Eletrônico em Piracicaba.

A Unitech está implementando, em Piracicaba, interior de São Paulo, um

módulo de seu sistema de gestão pública, o Unisat. A partir de outubro, Piracicaba passará a efetuar a arrecadação do ISS pela Internet. Com a utilização desse sistema, o ISS Eletrônico, a Secretaria Municipal de Finanças (SMF) passa a ter uma camada de análise da arrecadação (uma espécie de *Business Intelligence*), que amplia o controle no recebimento dos tributos e diminui a utilização de papel no processo. O valor do contrato da Unitech com o município é de R\$ 120 mil para a licença e serviços e os recursos foram obtidos junto ao BNDES, via PMAT. “A expectativa junto à prefeitura é, por meio desse primeiro projeto, conseguir aprovar a contratação de outros módulos do Unisat”, diz Paulo Marcelo Lessa, diretor comercial da Unitech.

: : concorrência

O RN vai contratar uma empresa de segurança

A Coordenadoria de Informática (Codin) do Estado do Rio Grande do Norte está finalizando o edital para uma tomada de preços para a contratação de uma empresa de segurança da informação. De acordo com Adriano Henrique da Motta, coordenador de Informática, a tomada de preços é a primeira fase do projeto de adoção de uma política de segurança para o Estado. “Devemos contratar uma empresa para fazer a auditoria completa em toda a rede do Estado”, diz Motta. Essa auditoria vai apontar falhas na segurança e levantar necessidades para que o Estado comece, num segundo momento, a elaborar um documento único com normas, padrões e melhores práticas que serão disseminadas pela administração pública. Será, também, criado um grupo específico dentro da Codin, que cuidará da segurança da informação. A estimativa do coordenador é investir cerca de R\$ 300 mil na contratação da empresa de auditoria.

Impressoras causam impacto na economia. Positivo, é claro.

Clique aqui e saiba mais.

Conheça as soluções de impressão OKI.



Impressoras Laser Coloridas



Impressoras Laser Mono



Impressoras Matriciais

OKI
www.okidata.com.br